*ISBN 978-85-7846-455-4*

**A CONSTRUÇÃO DOS VALORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÕES COM OS JOGOS SIMBÓLICOS LIVRES E DIRIGIDOS**

Drielly Adrean Batista

driellyadrean@yahoo.com.br

Alonso Bezerra de Carvalho

alonsoprofessor@hotmail.com.br

Universidade Estadual Paulista Unesp Marília

Eixo 1: Formação e Ação Docente

**Resumo**: O desenvolvimento do juízo moral é um processo contínuo, interativo e dinâmico que tem início quando a criança nasce e perdura por toda a vida, apresentando características diferentes em cada período do desenvolvimento do ciclo vital. Nessa perspectiva, o propósito desta pesquisa foi analisar e comparar manifestações do juízo moral no jogo simbólico livre e dirigido em crianças da Educação Infantil, com idade entre quatro e cinco anos. A metodologia utilizada foi a qualitativa, por meio do estudo de casos múltiplos, que teve como principal instrumento para a coleta de dados a observação das crianças em momentos de jogo simbólico livre e dirigido. Os resultados demonstraram que entre as manifestações do juízo moral que surgem durante os jogos simbólicos livres e dirigidos estão a justiça, a cooperação, a relação com as regras e a mentira/delação. As análises permitem afirmar que os jogos simbólicos livres e/ou dirigidos podem ser recursos facilitadores para o trabalho pedagógico que visa o desenvolvimento integral das crianças e que a intervenção do educador é necessária para auxiliar na construção da moralidade

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Moral, Educação Infantil, Jogos Simbólicos.

**Introdução**

O desenvolvimento infantil é um processo contínuo, ininterrupto e ativo, que envolve a interação entre a criança e o meio físico e social no qual está inserida. Para fins didáticos, podemos pensar o desenvolvimento humano em quatro grandes dimensões: física-motora, afetiva, cognitiva e sociomoral.

As crianças são seres ativos que se desenvolvem por toda a vida. Os grupos primários e secundários têm grande influência nesse desenvolvimento. Nesta investigação focaremos, sobretudo, as influências do grupo secundário escola e das relações estabelecidas neste local no desenvolvimento infantil.

O objetivo central da pesquisa é analisar e comparar as manifestações do juízo moral no jogo livre e no jogo simbólico, dirigido com crianças entre quatro e cinco anos, da Educação Infantil.

Algumas vivências nos levaram a refletir sobre a importância dos jogos para o desenvolvimento infantil, envolvendo os aspectos físico-motor, afetivo, cognitivo e sociomoral. A experiência como educadora infantil em uma instituição filantrópica nos levou a observar que as situações de jogos eram, muitas vezes, negligenciadas no cotidiano pedagógico com as crianças. Tal negligência era ainda mais evidenciada no que se refere à proposição e à mediação dos jogos simbólicos como possibilidades pedagógicas de desenvolvimento e aprendizagem.

As crianças são seres “brincantes”, que fazem do brincar seu exercício de exploração do mundo. Os educadores poderiam olhar para os jogos infantis como importantes fenômenos da psique da criança e recorrer aos mesmos como mediadores na construção do conhecimento infantil.

Segundo Piaget (1932/1994), o desenvolvimento do juízo moral na criança ocorre a partir de um caminho psicogenético que envolve interação constante entre o indivíduo e o meio, assim como o desenvolvimento cognitivo, que se coloca como condição, mas não como suficiente.

Ao estudar os jogos infantis, Piaget (1971) os aponta como elementos essenciais ao desenvolvimento cognitivo e moral, classificando-os em três tipos: exercício; simbólico; e de regras. O jogo de exercício tem como fonte essencial o prazer e manifesta-se nos primeiros anos de vida, durante o estágio sensório-motor. O bebê joga para satisfazer suas necessidades motoras e o jogo tem características de repetição, no claro intuito de organização da realidade.

O jogo simbólico, por sua vez, começa a acontecer quando a criança já construiu a função simbólica, ou seja, quando consegue representar mentalmente eventos, livrando-se do aqui e agora das situações. Segundo Piaget (1971), os jogos simbólicos se caracterizam pela assimilação deformante, na qual a criança transforma a realidade segundo o seu ponto de vista.

De acordo com Macedo (1995, p. 7), No processo de desenvolvimento da criança, os jogos simbólicos, como estrutura, vêm depois dos jogos de exercício. E caracterizam-se por seu valor analógico, ou seja, por se poder tratar “A” como se fosse “B”, ou vice-versa. Essa é a grande novidade dessa estrutura se comparada à anterior. Trata-se, portanto, de repetir, como conteúdo, o que a criança assimilou como forma nos jogos de exercício.

No jogo simbólico, portanto, a criança expressa suas tentativas de compreender e interpretar o mundo. As regras, como parte do mundo, são questões que, de alguma forma, aparecem nos jogos simbólicos, ainda que expressas por assimilações deformantes, conforme salienta Macedo (1995).

Os jogos de regras apresentam as características de forma e conteúdo, ocorrendo numa perspectiva coletiva, na qual há necessidade de regras a serem seguidas. Nesse contexto, Piaget (1971) considera que é possível, a partir das operações concretas, quando a criança já é capaz de realizar operações mentalmente.

Tendo os jogos como instrumentos, Piaget (1932/1994) pesquisou a moralidade infantil sustentando suas pesquisas em dois jogos: o de bolinhas de gude, para os meninos; e o de pique, para as meninas.

De acordo com Piaget (1971), as atividades lúdicas atingem um caráter educativo, tanto para a aprendizagem como para o desenvolvimento da personalidade das crianças. Assim, os valores morais – tais como fidelidade, perseverança, honestidade, generosidade e respeito ao próximo – podem ser construídos. Os jogos são considerados uma ferramenta indispensável para o processo construtivista de desenvolvimento da moralidade, em interação com o meio social.

De acordo com Piaget (1932/1994), a moral heterônoma se mantém por meio do respeito às regras determinadas externamente; já a moralidade autônoma, quando as ações e julgamento de uma pessoa são guiados pelo princípio da reciprocidade.

Na teoria piagetiana, a criança é apresentada como um ser ativo para a construção dos princípios morais. Para Piaget é por volta dos três primeiros anos de vida que ocorre uma fase denominada por ele de pré-moral, na qual a criança não apresenta preocupações com as regras e, muito menos, com a coletividade, sendo seu ponto de vista totalmente centralizado, em virtude do egocentrismo, que a impede de se colocar no lugar do outro.

**Objetivo**

O objetivo deste trabalho é analisar e comparar as manifestações do juízo moral no jogo simbólico livre e dirigido em crianças da Educação Infantil.

**Metodologia**

Os dados foram colhidos conforme a metodologia do estudo de casos múltiplos, seguindo a concepção de Yin (2005). Em um primeiro momento, houve uma aproximação por parte da pesquisadora com o ambiente onde seria executada a coleta dos dados.

Quando mencionamos observação, há uma ideia de algo vago e sem aproveitamento, porém, quando feita de maneira eficaz, torna-se um instrumento muito valioso, capaz de compreender vários conceitos que p or meio de outros instrumentos não é possível. Planejar a observação é algo que está relacionado à compreensão, com antecedência, do “porquê” e do “como” observar.

Segundo Minayo (1994), o pesquisador, com base na observação, pode compreender o conjunto de regras implícitas em atividades de um determinado grupo social. Por meio da observação pode-se, também, mostrar uma realidade de um grupo social que está sendo investigada, colocar-se sob o ponto de vista do grupo, transformando o contexto em algo mais eficiente e possível.

Logo após criar uma aproximação com o ambiente e com os sujeitos, propomos agendamento com dia e horário para a coleta dos dados, e o instrumento utilizado juntamente com a observação foi a filmagem. A filmagem foi mediada a todo momento pela pesquisadora; além disso, só foi possível filmar os sujeitos cujos pais e responsáveis assinaram Termo de Consentimento. A coleta ocorreu seguindo algumas etapas: Aproximação com o ambiente e sujeitos de pesquisas; Observações e filmagens do jogo livre e Observações e filmagens do jogo simbólico “A nossa escola” proposto pela pesquisadora.

 Para Yin (2005), a boa ciência social exige sua inteira atenção, desse modo, a análise deve: deixar claro que se baseia em todas as evidências; abranger todas as principais interpretações concorrentes; dedicar-se aos aspectos mais significativos de estudo de caso; utilizar o conhecimento prévio de especialista em seu estudo de caso. A presente pesquisa foi submetida ao comitê de ética, respeitando todos os direitos dos participantes e preservação das imagens. Número do parecer: 379.048

**Resultados**

No jogo simbólico livre, a categoria da cooperação aparece mais vezes. Já, no que tange à cooperação, no jogo simbólico dirigido, ela aparece em menores quantidades. Entendemos que essa diferença é identificada pelo fato de que no jogo livre as crianças brincam livremente, ocorrendo mínimas intervenções do professor. Notamos que as crianças, mesmo estando em um momento de jogo e brincadeira, representam o mundo real com menos nitidez. Ao contrário, no jogo dirigido, a intervenção (coercitiva) do adulto como autoridade está mais implícita, portanto, a categoria da cooperação aparece com menor incidência.

A categoria da coação destaca-se no jogo simbólico dirigido, uma vez que a presença da autoridade se faz maior, diminuindo a interação entre as crianças. As regras colocadas pela ‘’professora’’, faz com que a cooperação deixe de existir, porque a individualidade é marcada pela autoridade presente no jogo. A falta de liberdade inibe a interação entre os alunos, sendo esta, então, bastante prejudicada. No jogo livre, a cooperação é mais identificada, diminuindo a incidência da coação. A coação trata-se de um período em que há ausência de cooperação e interação das crianças,

Em relação às regras, nos dois jogos, elas aparecem quase de forma igualitária. No jogo livre, elas foram exercidas pelas crianças na medida em que o jogo acontecia, já no jogo dirigido, as regras vêm, principalmente, da criança no papel da professora. Essa criança vivencia essas regras no seu mundo real, trazendo para seu mundo simbólico, às vezes, com maior intensidade, fazendo as regras serem mais rígidas.

A categoria das regras foi melhor identificada nos jogos simbólicos dirigidos, pois houve a intervenção imaginária de um adulto e o papel do professor por meio das crianças.

Julgamos importante registrar que os conflitos são momentos propícios para se trabalhar o desenvolvimento da autonomia moral das crianças, pois é possível propor reflexões sobre estar no lugar do outro e julgar a partir de outros pontos de vista.

No jogo simbólico dirigido, por sua vez, observamos que as crianças, ao brincarem de “escola” e no papel de professores adotam posturas semelhantes às que vivenciam cotidianamente e que a manifestação dos juízos morais, neste caso, são permeadas por uma possível relação de coação e de respeito unilateral.

A cooperação entre as crianças se destacou pela pluralidade de vezes que surgiu no jogo simbólico livre, no qual essa pode ser mais notada do que no jogo simbólico dirigido. As regras, e a necessidade de se remeter a elas, foram observadas com maior frequência no jogo dirigido, havendo intervenções da professora e da criança que representava a mesma.

Contudo, mais importante que o jogo em si é as expressões das crianças ao brincar/jogar, pois nesse momento há a internalização de conteúdos importantes de suas construções de personalidade. Os valores morais são construídos ao longo de toda a vida e necessitam da mediação dos adultos.

**Referências**

MACEDO, L. Os jogos e sua importância na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 5-10, maio 1995.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PIAGET, J. (1932). **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

\_\_\_\_\_\_. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.